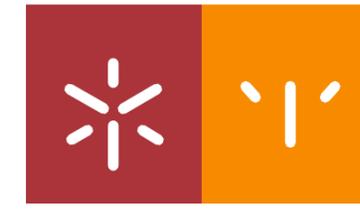




Maus-Tratos na Infância e Delinquência Juvenil:
O papel mediador dos Traços Psicopáticos

Beatriz Bettencourt Dias

Uminho | 2022



Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Beatriz Bettencourt Dias

Maus-Tratos na Infância e Delinquência Juvenil:
O papel mediador dos Traços Psicopáticos

junho de 2022



Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Beatriz Bettencourt Dias

Maus-Tratos na Infância e Delinquência Juvenil: O papel mediador dos Traços Psicopáticos

Dissertação de Mestrado
Mestrado Integrado
em Psicologia

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Ângela C. Maia
e do
Doutor Hugo S. Gomes

junho 2022

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Ângela Maia e Doutor Hugo Gomes, obrigada pela partilha de conhecimento e pelo apoio ao longo de todo este processo.

À Unidade de Investigação de Experiências Adversas e Traumáticas por me terem proporcionado bons momentos, aprendizagem e por terem contribuído para o aperfeiçoamento desta dissertação.

Às minhas colegas, Bárbara, Beatriz e Daniela, pela partilha de ideias.

À minha mãe por me transmitir bons valores, independência e persistência para alcançar os meus objetivos e por acreditar nas minhas capacidades.

A todos aqueles que não foram referidos, mas que de alguma forma me ensinaram alguma coisa.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho acadêmico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Data: 06/06/2022

Assinatura: *Beatrix Dias*

Maus-tratos na infância e Delinquência Juvenil: O papel mediador dos Traços Psicopáticos

Resumo

A literatura tem mostrado que os maus-tratos na infância estão associados à delinquência. Contudo, ainda desconhecemos os mecanismos que explicam esta relação. Este artigo tem como principal objetivo estudar o papel mediador dos traços psicopáticos na relação entre os maus-tratos e a delinquência juvenil. A amostra foi recolhida numa escola do centro de Portugal, no âmbito de um estudo longitudinal, com 370 participantes, com idades compreendidas entre os 13 e os 21 anos e foram avaliados através de questionários referentes aos traços psicopáticos, delinquência e sobre experiências de maus-tratos. Os resultados mostram que os traços psicopáticos medeiam parcialmente a relação entre os maus-tratos na infância e delinquência. Estes resultados sugerem que os traços psicopáticos ajudam a explicar a relação entre os maus-tratos na infância e a delinquência.

Palavras-chave: maus-tratos na infância, traços psicopáticos, delinquência

Child maltreatment and juvenile delinquency: The mediator role of psychopathic traits

Abstract

Literature has shown that child abuse is associated with delinquency. However, we do not understand the mechanisms that explain this relationship. The main objective of this article is to study the mediating role of psychopathic traits in the relationship between abuse and juvenile delinquency. The sample was collected in a school in central Portugal, within the scope of a longitudinal study, with 370 participants, aged between 13 and 21 years old, and were evaluated through questionnaires referring to psychopathic traits, delinquency, and about experiences of maltreatment. The results show that psychopathic traits partially mediate the relationship between childhood maltreatment and delinquency. These results suggest that psychopathic traits help to explain the relationship between childhood maltreatment and delinquency.

Keywords: child maltreatment, psychopathic traits, delinquency

Índice

Maus-tratos na infância e Delinquência Juvenil: O papel mediador dos Traços Psicopáticos	8
Método.....	13
Participantes.....	13
Instrumentos	14
Procedimentos.....	15
Análises Estatísticas.....	16
Resultados	17
Discussão.....	21
Referências	27
Anexo	40

Índice de tabelas

Tabela 1. <i>Prevalência de maus-tratos na infância</i>	17
Tabela 2. <i>Comportamento Delinquente Autorreportado ao Longo da Vida</i>	18
Tabela 3. <i>Dicotomização dos níveis dos Traços Psicopáticos Autorreportados</i>	19
Tabela 4. <i>Coefficientes da regressão linear dos maus-tratos como preditor da delinquência</i>	19
Tabela 5. <i>Coefficientes da regressão linear dos maus-tratos como preditor dos traços psicopáticos</i>	20
Tabela 6. <i>Coefficientes da regressão linear dos traços psicopáticos como preditor da delinquência</i>	20

Índice de Figuras

<i>Figura 1. Modelo de Maus-Tratos como preditor da Delinquência, mediado pelos Traços Psicopáticos</i>	21
---	----

Maus-tratos na infância e Delinquência Juvenil: O papel mediador dos Traços Psicopáticos

De acordo com a definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), os maus-tratos infantis incluem abusos e negligências que ocorrem com crianças menores de 18 anos, no contexto de um relacionamento que envolva responsabilidade, confiança ou poder. Esta definição abrange todos os tipos de abuso físico e/ou emocional, abuso sexual e negligência que resultem em dano real ou potencial à saúde, desenvolvimento ou dignidade da criança (World Health Organization, 2020). Os resultados do estudo *International Self Reported Delinquency - ISRD3* mostram que existe uma prevalência de 5.5% de maus-tratos parentais e que a exposição à violência interparental é a segunda forma mais reportada de vitimização em Portugal (28%), o que indica que algumas famílias consideram a punição física como uma estratégia disciplinar normativa (Martins et al., 2019). Outros estudos em Portugal reportam que foram comunicadas 41,337 situações de perigo de crianças, sendo a Violência Doméstica, seguida pela Negligência, as categorias de perigo mais representadas em 2020 e 2019 (Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco, 2020). Em relação às categorias de perigo diagnosticadas em 2020, as categorias Negligência e Violência Doméstica continuam a integrar os principais diagnósticos realizados com aproximadamente, 32% e 30%, respetivamente (Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco, 2020).

A literatura demonstra que os maus-tratos na infância estão associados à delinquência (Artz et al., 2014; Doelman et al., 2021; Steketee et al., 2021). A delinquência é uma forma de comportamento antissocial que é caracterizada pela perpetração de atos proibidos por lei, como por exemplo: furto, roubo, vandalismo, violência e uso de drogas (Farrington, 2004; Gomes et al., 2018). No estudo de Braga e Gonçalves (2013), analisaram-se comportamentos antissociais em Portugal, de jovens entre os 12 e 24 anos, e observou-se que cerca de 65.5% se tinham envolvido em, pelo menos, um comportamento delinvente. Este estudo reportou que apesar da frequência de perpetração ser globalmente reduzida, é importante não negligenciar os atos antissociais cometidos pelos jovens (Braga & Gonçalves, 2013). As investigações indicam que a idade de início e a persistência dos atos cometidos pelos adolescentes são preditores da severidade e continuidade da prática de comportamentos antissociais na vida adulta (Davoglio et al., 2012; Moffitt, 1993). As prevalências do estudo ISRD3 em Portugal mostram que 34.6% relatou ter cometido pelo menos uma infração (Martins et al., 2016) e verificou-se uma taxa de prevalência de delinquência de 13% (Enzmann et al., 2018).

Ciclo da Violência

O Ciclo da Violência afirma que as crianças vítimas de maus-tratos apresentam um risco acrescido de se envolverem futuramente numa trajetória delinvente e criminal (Widom, 1989; Widom & Maxfield, 2001; Wright et al., 2019). Vários estudos mostraram que os maus-tratos na infância são um preditor para comportamentos delinquentes (Bonner et al., 2020; Braga et al., 2017; Farrington et al., 2017; Fitton et al., 2018; Miley et al., 2020; Muniz et al., 2019). De acordo com o estudo meta analítico de Braga et al. (2018), os indivíduos que tinham sido vítimas de maus-tratos apresentaram uma probabilidade aproximadamente duas vezes maior de se envolverem nesses comportamentos.

As investigações reportam diferenças entre os tipos de maus-tratos. A negligência é destacada por apresentar uma forte associação com a perpetração de delitos na adolescência (Braga et al., 2017; Yun et al., 2011). O abuso físico aparece mais associado ao comportamento delinvente no geral (Doelman et al., 2021; Farrington et al., 2017) e violento (Braga et al., 2017; Doelman et al., 2021; Fitton et al., 2018; Manzoni & Schwarzenegger, 2019; Miley et al., 2020). Contudo, alguns estudos não encontraram resultados significativos em relação ao abuso físico e a delinquência (Franzese et al., 2017; Malvaso & Delfabbro, 2015; Yun et al., 2011). A exposição à violência interparental está relacionada com a delinquência no geral (Artz et al., 2014; Cénat et al., 2015). Vários estudos não encontraram resultados significativos na relação entre a exposição à violência familiar e o comportamento delinvente (Franzese et al., 2017; Holmes, 2013; Moylan et al., 2009). O abuso sexual está associado ao comportamento delinvente (Nilsson et al., 2015; Yun et al., 2011) e violento (Braga et al., 2017; Miley et al., 2020), contudo, alguns estudos não encontraram resultados significativos para a associação entre abuso sexual e comportamento delinvente (Abajobir et al., 2017; Wall & Barth, 2005). Deste modo, futuras investigações devem aprofundar os diferentes tipos de maus-tratos e a sua relação com o comportamento delinvente.

A literatura apresenta algumas teorias que podem ser utilizadas para explicar a relação entre a violência familiar e a delinquência. A Teoria de Aprendizagem Social de Bandura (1978) afirma que os comportamentos violentos são aprendidos e perpetuados através da observação e imitação do comportamento agressivo de outros, nomeadamente, os indivíduos adquirem comportamentos por meio de contingências de modelagem e reforço no contexto de interação social, percebendo a violência como um comportamento adequado para lidar com os problemas (Widom & Wilson, 2015). De acordo com a perspectiva da Teoria Geral de Tensão de Agnew (2002), circunstâncias indutoras de stress aumentam a probabilidade de experienciar

MAUS-TRATOS, TRAÇOS PSICOPÁTICOS E DELINQUÊNCIA

emoções negativas, como a raiva, o que conseqüentemente pode aumentar o risco de os indivíduos cometerem algum crime como método de *coping* (Agnew, 2002). De facto, crescer em ambientes de maus-tratos é uma forma de tensão e a criança pode recorrer à delinquência numa tentativa de acabar ou reduzir o abuso, procurar vingança ou até controlar os sentimentos negativos que resultam do abuso (Widom & Wilson, 2015).

Do ponto de vista neurobiológico, a exposição ao *stress* de forma reiterada, nomeadamente, os maus-tratos na infância, podem afetar o desenvolvimento do cérebro, incluindo as áreas responsáveis pelo processamento cognitivo e regulação emocional (Cowell et al., 2015). A regulação emocional, assim como o autocontrolo (e.g., Gomes, 2018; Gomes & Gouveia-Pereira, 2014, 2020), são processos essenciais para evitar comportamentos delinquentes (Basto-Pereira et al., 2016).

Traços Psicopáticos

A psicopatia é uma perturbação de personalidade que se caracteriza por uma constelação de características afetivas, interpessoais e comportamentais, nomeadamente, egocentrismo, impulsividade, insensibilidade, irresponsabilidade, manipulação, falta de empatia e remorso e persistente violação das normas sociais (Cleckley, 1951; Hare, 1996). Atinge cerca de 1% da população geral e 20% na população reclusa (Coid & Yang, 2011). A investigação tem demonstrado que a psicopatia resulta da influência de antecedentes genéticos e familiares e da interação com o meio (Soeiro & Gonçalves, 2010). O construto de traços psicopáticos pode ser definido com um conjunto de sintomas e comportamentos que se apresentam moderadamente de forma intensa e estável e são apresentados como um padrão de insensibilidade emocional, manipulação e ausência de empatia e remorsos (Pechorro, 2013). Os traços psicopáticos têm sido relevantes na compreensão de quais são os traços envolvidos na caracterização de um indivíduo, por exemplo, os traços da dimensão afetiva *callous unemotional*- caracterizados por baixa preocupação com os sentimentos dos outros, falta de remorsos e afeto superficial (Frick, 2009) - podem ocorrer com ou sem a presença do comportamento impulsivo (Pechorro, 2013). Alguns autores defendem que determinados traços psicopáticos (a impulsividade e a procura de sensações) são típicos na maioria dos jovens e que a maior parte desses traços desaparecerá ao longo do desenvolvimento (Edens et al., 2001) e por outro lado, outros apoiam que os traços psicopáticos são moderadamente estáveis ao longo do tempo (Bergström et al., 2016), principalmente entre os 13 aos 24 anos (Lynam et al., 2008).

MAUS-TRATOS, TRAÇOS PSICOPÁTICOS E DELINQUÊNCIA

Vários estudos demonstram que os traços psicopáticos estão associados aos comportamentos delinquentes (Asscher et al., 2011; Baglivio et al., 2020; Eisenbarth & Garofalo, 2021; Geerlings et al., 2020; Leenarts et al., 2017; Pechorro et al., 2013; Vaughn et al., 2008), bem como aos maus-tratos na infância (Farina et al., 2018; Joyner et al., 2021; Poythress et al., 2006), existindo alguma incoerência em relação aos efeitos que as formas específicas de maus-tratos podem suscitar. Por um lado, o estudo de Boduszek et al. (2019) revelou que o abuso sexual aumenta as probabilidades de psicopatia, no entanto, não obteve resultados significativos para o abuso físico e emocional. Por outro lado, o estudo de Sevecke et al. (2016) reportou que as experiências de abuso físico estão associadas aos traços psicopáticos, mas não teve resultados significativos para o abuso sexual. Na mesma linha, Carvalho et al. (2020) referem que o abuso físico está associado às dimensões comportamentais dos traços psicopáticos. O estudo de Dargis et al. (2016) reportou que os níveis elevados de traços psicopáticos estão associados às experiências de abuso e negligência, no geral. Ademais, existe evidência que a exposição à violência interparental pode contribuir para o desenvolvimento de traços psicopáticos (Dargis & Koenigs, 2017; Ray, 2018).

O papel mediador dos Traços Psicopáticos

Vários autores apontaram a necessidade de explorar mecanismos intervenientes e variáveis mediadoras na relação entre os maus-tratos na infância e delinquência (Braga et al., 2017; Fitton et al., 2018). As investigações sugerem que os fatores individuais/traços de personalidade são um fator de risco para a delinquência e para a violência (Curcio et al., 2017; Farrington 2017; Martins et al., 2021). O estudo de Curcio et al. (2017) mostrou que os traços de personalidade da impulsividade e procura de sensações são fortes preditores do envolvimento delinvente, enquanto a empatia e traços *callous-unemotional* estão mais associados a amostras clínicas. O estudo de Farrington (2017) apresentou através de várias revisões sistemáticas e meta análises que baixos níveis de empatia e a experiência de abuso na infância são fatores de risco individuais a ter em consideração para a violência e delinquência. O estudo de Martins et al. (2021) mostrou que os traços antissociais são mediadores da relação entre experiências adversas na infância e o comportamento delinvente, ou seja, os traços antissociais podem ser percebidos como uma consequência da exposição a experiências adversas, afetando o desenvolvimento da personalidade através de uma visão distorcida do mundo e das interações com os outros. Deste modo, é relevante analisar o papel mediador dos traços psicopáticos no envolvimento de

comportamentos delinquentes (Baglivio et al., 2020; Baskin-Sommers & Baskin, 2016; Chang et al., 2021).

O estudo de Baskin-Sommers e Baskin (2016) analisou os traços psicopáticos como mediadores da relação entre a exposição à violência e comportamentos delinquentes violentos e os resultados mostraram que os traços psicopáticos medeiam esta relação. Este estudo apoia o pressuposto de que a exposição à violência afeta gravemente os jovens que estão envolvidos em delitos violentos e que esse efeito depende, até certo ponto, do jovem apresentar traços psicopáticos. O estudo de Chang et al. (2021) estudou o papel mediador dos traços *callous-unemotional* entre os maus-tratos e comportamentos delinquentes violentos na China e observou-se mediação entre o abuso sexual e a negligência com a delinquência, contudo, não foi significativo no caso do abuso físico, o que provavelmente é explicado pelo facto de a cultura chinesa normalizar o uso de punição física. De forma semelhante, Baglivio et al. (2020) demonstraram que os traços psicopáticos medeiam a relação entre as experiências adversas e uma trajetória criminal, nomeadamente, apoia que o trauma e a psicopatia são fatores relevantes a considerar no desenvolvimento de problemas de conduta como estratégia de *coping* a diversas situações difíceis, por exemplo, do foro emocional.

Na mesma linha do papel mediador dos traços psicopáticos, vários estudos demonstraram que o autocontrolo também pode servir como mediador na relação entre maus-tratos e uma trajetória delinvente (Bunch et al., 2018; Doelman et al., 2021; Manzoni & Schwarzenegger, 2019; DeLisi et al., 2021) o que é consistente com o pressuposto que os adolescentes com antecedentes de maus-tratos na infância tendem a ter níveis mais baixos de autocontrolo (Cowell et al., 2015).

Maus-Tratos Físicos, Exposição à Violência Interparental, Delinquência e Traços Psicopáticos

A literatura mostra que existe uma relação entre a exposição à violência familiar, os traços psicopáticos e a delinquência (Baskin-Sommers & Baskin, 2016; Howard et al., 2012). Os efeitos psicológicos da exposição à violência interparental podem ser tão graves como a violência direta (Holt et al., 2008; Kitzmann et al., 2003). As investigações revelam que a exposição à violência familiar está associada a efeitos negativos no desenvolvimento (Mueller & Tronick, 2020), problemas psicológicos (Basto-Pereira & Maia, 2019), e problemas comportamentais externalizantes (Fong et al., 2019).

As investigações demonstram que as experiências de maus-tratos físicos e exposição à violência interparental podem reduzir o comportamento pró-social (Basto-Pereira & Maia, 2019;

Gomis-Pomares & Villanueva, 2020), uma vez que o abuso afeta o desenvolvimento de capacidades relacionais, como empatia e competência social (Basto-Pereira & Maia, 2019). O estudo de Weiler e Widom (1996) refere que os maus-tratos podem conduzir a alterações nas respostas fisiológicas e ao desenvolvimento de estilos de *coping* mal adaptativos, tais como, comportamentos disruptivos. A criança pode tornar-se dessensibilizada para experiência futuras, como consequência das punições físicas, o que pode afetar o comportamento futuro da criança, tornando-a emocionalmente e psicologicamente menos responsiva às necessidades dos outros, insensível e não apresentar empatia e culpa (Weiler & Widom, 1996). Estas crianças e jovens podem ter desenvolvido algumas das características centrais da psicopatia (manipulação, charme superficial, falta de remorsos e de objetivos a longo prazo) como forma de lidar com um ambiente familiar abusivo (Weiler & Widom, 1996).

Em suma, considerando a literatura e as suas limitações, o principal objetivo deste estudo é analisar o potencial papel mediador dos traços psicopáticos na relação entre os maus-tratos e a delinquência juvenil. Este objetivo possibilitará aprofundar o conhecimento acerca destes fenómenos nos jovens portugueses e, principalmente, acerca da relação entre os maus-tratos e a delinquência. Com base neste objetivo, formularam-se as seguintes hipóteses: 1) Os maus-tratos estão associados a traços psicopáticos; 2) Os maus-tratos estão associados à delinquência; 3) Os traços psicopáticos estão associados à delinquência e 4) Os traços psicopáticos medeiam a relação entre os maus-tratos e a delinquência juvenil.

Método

Participantes

O estudo apresentava inicialmente 409 participantes, mas foram eliminados por diversos motivos, tais como: 1 *missing* no sexo, 17 *missings* no *Youth Psychopathic Inventory – Short Version*, 3 *missings* nacionalidade e 18 participantes com 13 ou mais *missings* nas variáveis importantes, ficando um total de 370 participantes. Assim, a amostra possui 370 participantes, 186 do sexo feminino (50.3%) e 184 do sexo masculino (49.7%). Os participantes têm idades compreendidas entre os 13 e os 21 anos ($M = 15.42$, $DP = 1.74$). No que diz respeito ao ano de escolaridade, encontravam-se: 1 (0.3%) no 7º ano, 69 (18.6%) no 8º ano, 81 (21.9%) no 9º ano, 96 (25.9%) no 10º ano, 59 (15.9%) no 11º ano e 64 (17.3%) no 12º ano.

Instrumentos

Traços Psicopáticos - *Youth Psychopathic Inventory – Short Version – YPI-SV* (van Baardewijk et al., 2010; versão portuguesa de Pechorro et al., 2015). A escala dos Traços psicopáticos (*Youth Psychopathic Inventory – YPI*) foi originalmente construída por van Baardewijk et al. (2010) e foi validada para a versão portuguesa por Pechorro et al. (2015). Este estudo utilizou a versão reduzida da escala *Youth Psychopathic Inventory – Short Version – YPI-SV* (Pechorro et al., 2015). É um questionário de autorrelato com 18 itens, utilizado para avaliar os traços psicopáticos nos jovens e integra três dimensões: *Grandiose-Manipulative* (Interpessoal), *Callous-Unemotional* (Afetivo) e *Impulsive-Irresponsible* (Comportamental). Este questionário é cotado através de uma escala tipo Likert de 4 pontos, desde 1 (Discordo Muito) até 4 (Concordo Muito). Assim, pontuações mais altas indicam um aumento da presença das características associadas aos traços psicopáticos. Alguns exemplos de perguntas são: na Dimensão Interpessoal, que compreende traços de manipulação, mentira e grandiosidade ("Tenho jeito para enganar as pessoas, usando o meu charme e o meu sorriso."); na Dimensão Afetiva, que se refere a traços de insensibilidade e falta de remorso ("Quando as outras pessoas têm problemas, muitas vezes a culpa é delas, por isso não devemos ajudá-las"), e na Dimensão Comportamental, caracterizada por impulsividade, irresponsabilidade e procura de sensações ("Considero-me uma pessoa bastante impulsiva."). O total do YPI-SV apresentou valores de alfa de Cronbach de .82, o que representa boa consistência interna (Pechorro et al., 2015). A variável foi calculada através da média dos 18 itens. Contudo, a variável foi dicotomizada com o objetivo de diferenciar o alto e baixo nível da presença de traços psicopáticos, ou seja, apenas para fins descritivos de percentagens. De acordo com o Inventário de Traços Psicopáticos em Jovens, os estudos com o YPI recorrem a um ponto de corte (um desvio-padrão acima da média), deste modo, a partir do valor 1 (média+desvio padrão) é considerado alto nível de traços psicopáticos. Neste estudo obtiveram-se os seguintes valores: ($M = 34.84$; $DP = 7.73$; $\alpha = .84$).

Maus-Tratos na infância - *International Self-Report Delinquency - ISRD3*, Enzmann et al., 2018; validada para a versão portuguesa por Martins et al., 2019). A variável de maus-tratos foi construída à semelhança de outros estudos (Doelman et al., 2021; Steketee et al., 2021), através da Escala International Self-Report Delinquency - ISRD3, construída originalmente por Enzmann et al. (2018), validada para a versão portuguesa por Martins et al. (2019). A medida de maus-tratos na infância é baseada em quatro questões, duas delas referentes a maus-tratos parentais sob a forma de abuso físico e as restantes em relação ao testemunho de violência interparental. As duas

MAUS-TRATOS, TRAÇOS PSICOPÁTICOS E DELINQUÊNCIA

questões são as seguintes: “Alguma vez a tua mãe (ou companheira do pai) ou o teu pai (ou companheiro da mãe) te bateu, deu um estalo ou empurrão?” e “Alguma vez a tua mãe (ou companheira do pai) ou o teu pai (ou companheiro da mãe) te bateu com algum objeto, te deu um murro ou pontapé forte ou te espancou?”. Ambas as perguntas são cotadas por “Sim” ou “Não”. Respostas positivas à segunda pergunta receberam cotação máxima (i.e., 2) devido à sua severidade. Os valores desta medida variam entre 0 e 2, conforme a severidade do maltrato físico (tendo apenas acontecido num participante a primeira resposta negativa e a segunda positiva, tendo ficado com 2 pontos). As outras duas questões (‘Alguma vez já observaste? 1. Agressões física entre os teus pais? 2. Conflitos sérios repetidos entre os teus pais?’), podem ser respondidas com “Sim” ou “Não”. Uma indicação ordinal da gravidade da violência interparental é criada através da soma das pontuações de ambas as questões, variando de 0 a 2. A medida total dos maus-tratos na infância é criada adicionando as pontuações da exposição direta e indireta da violência parental. O score total varia entre 0 e 4, com uma média de 0.77 ($DP = 0.92$).

Delinquência juvenil - *International Self-Report Delinquency - ISRD3*, Enzmann et al., 2018; validada para a versão portuguesa por Martins et al., 2019). A medida de variedade de delinquência foi avaliada através da Escala *International Self-Report Delinquency - ISRD3*, construída originalmente por Enzmann et al. (2018), validada para a versão portuguesa por Martins et al. (2019). O módulo da delinquência inclui 15 questões, e os itens de delinquência abordam ofensas menores, ofensa à propriedade e ofensas violentas. O presente estudo centrou-se na prevalência dos comportamentos delinquentes e o item do download ilegal foi eliminado (e.g., Gomes et al., 2021; Siegmunt & Lukash, 2019). Alguns exemplos de perguntas são: “Alguma vez na vida danificaste algo de propósito, como, por exemplo, uma paragem de autocarro, uma janela, um carro ou um lugar de autocarro ou comboio?” e “Alguma vez espancaste ou feriste alguém de propósito com um pau ou uma faca, ao ponto de magoar essa pessoa?”. Este questionário é cotado através da resposta “Sim” ou “Não”. De uma forma geral, as consistências internas das escalas apresentaram valores altos e com um coeficiente de alfa de Cronbach de .77 a .92 (Martins et al., 2019). Neste estudo, foi realizado o somatório dos comportamentos, variando de 0 (nenhum tipo de comportamento delincente a 14 (todos os tipos de comportamento delincente). No presente estudo obtiveram-se os seguintes valores ($M = 0.85$; $DP = 1.40$; $\alpha = .67$).

Procedimentos

Inicialmente, foi obtida a autorização da Comissão de Ética para a Investigação em Ciências Sociais e Humanas (CEICSH) da Universidade do Minho. Além disto, para a realização

do processo de recolha da amostra, foi obtida a autorização por parte, Direção-Geral da Educação (DGE), através do sistema de Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar (MIME). Uma vez que se trata de uma escola, também foi necessário adquirir a autorização ética por parte do Presidente da escola e dos encarregados de educação, por os participantes serem menores.

Com base numa amostra por conveniência, a recolha de dados teve como base a amostra de jovens estudantes de uma escola do centro de Portugal, utilizada num estudo longitudinal (realizado em três momentos com seis meses de intervalo), de maior dimensão referente a uma dissertação de doutoramento (Gomes, 2021). A recolha da amostra foi realizada entre março e abril de 2019. Este estudo vai centrar-se na recolha de dados do terceiro momento de avaliação (T3), isto é, quando foram recolhidos dados referentes aos traços psicopáticos e às experiências de vitimização e delinquência. Os investigadores deslocaram-se às escolas, onde se procedeu à explicação das instruções, nomeadamente, o carácter voluntário da participação dos alunos e também, assegurar a confidencialidade das suas respostas no estudo. O preenchimento decorreu em contexto de sala-de-aula na presença exclusiva do investigador. A decisão acerca do tamanho da amostra foi auxiliada pelo cálculo da amostra foi testado tamanho com efeito moderado teria de ter pelo menos 56 participantes (GPower 3.1.9.2– effect size f^2 : .2; probabilidade erro α : .05 – poder estatístico: .95). Uma vez que a amostra atual tem 370 participantes, o valor do cálculo da amostra foi ultrapassado. Por último, a informação obtida nos questionários foi inserida numa base de dados SPSS para posterior análise de dados.

Análises Estatísticas

Os dados foram analisados recorrendo à versão 27 do software SPSS *statistics*. Realizaram-se análises descritivas com o objetivo de calcular os dados sociodemográficos; caracterizar as variáveis em estudo e calcular a prevalência das experiências de maus-tratos na infância e dos comportamentos delinquentes através do somatório das perguntas em questão. Por outro lado, a variável dos traços psicopáticos foi calculada com base na escala dicotomizada, o que permitiu a diferenciação de alto nível e baixo nível de traços psicopáticos. Para testar as nossas hipóteses realizaram-se três regressões linear simples, utilizando, respetivamente, os maus-tratos como preditor e a delinquência como variável dependente; os maus-tratos como preditor e os traços psicopáticos como variável dependente e os traços psicopáticos como preditor e a delinquência como variável dependente. De seguida, usou-se a extensão PROCESS para testar o modelo de mediação, considerou-se os maus-tratos como preditor, os traços psicopáticos como mediador e a delinquência como variável dependente (Hayes, 2018).

Resultados

Cerca de 32.4 % ($n = 120$) dos participantes reportou pelo menos um tipo de maus-tratos na infância. De acordo com a tabela 1, a experiências mais relatadas foram o abuso físico médio com uma prevalência 40.8% e conflitos repetidos entre os pais com 20.5%. A variável dos maus-tratos na infância ($M = 0.76$, $DP = 0.92$) variou entre zero (49.5%, $n = 183$) e quatro (1.1%, $n = 4$).

Tabela 1

Prevalência de maus-tratos na infância (N = 370)

Maus-tratos na infância	Prevalência	%
Abuso físico médio (bater, dar estalo ou empurrar)	151	40.8
Abuso físico grave (bater com algum objeto, dar murro ou pontapé forte ou espancar)	22	5.9
Agressões físicas entre os pais	30	8.1
Conflitos sérios repetidos entre os pais	76	20.5

Quanto ao comportamento delinquente, 21.9% ($n = 81$) dos participantes reportaram pelo menos um destes comportamentos ao longo da vida. Como se pode verificar pela tabela 2, os comportamentos mais relatados foram furto a loja (15.7%), briga de grupo (13.8%), graffiti (13.2%) e furto a pessoa (12.7%). A variável da delinquência ($M = 0.84$, $DP = 1.40$) variou entre zero (58.9%, $n = 218$) e oito (0.3 %, $n = 1$).

Os participantes do sexo masculino reportam mais comportamentos delinquentes do que o sexo feminino ($t(368) = 2.84$; $p > .05$). Por outro lado, os participantes do sexo feminino reportam mais maus-tratos do que o sexo masculino ($t(368) = -1.16$; $p < .05$). A idade apresenta uma correlação estatisticamente significativa com a delinquência ($r = .20$; $p < .001$) e os maus-tratos ($r = .17$; $p < .001$).

MAUS-TRATOS, TRAÇOS PSICOPÁTICOS E DELINQUÊNCIA

Tabela 2

Comportamento Delinvente Autorreportado ao Longo da Vida (N = 370)

Comportamento Delinvente	<i>Prevalência</i>	<i>%</i>
Graffiti	49	13.2
Vandalismo	18	4.9
Furto em loja	58	15.7
Invasão de propriedade para furto	2	0.5
Furto de bicicleta	3	0.8
Furto de mota ou carro	2	0.5
Furto de algo dentro de um carro	6	1.6
Roubo à mão armada	1	0.3
Furto a pessoa	47	12.7
Porte de arma	23	6.2
Briga de grupo	51	13.8
Espancar alguém	5	1.4
Tráfico de drogas	14	3.8
Maus-tratos a animais	33	8.9

Considerando a tabela 3, com base na escala dicotomizada dos traços psicopáticos, é possível observar que existem 63 participantes (17%) com níveis elevados de traços psicopáticos e 307 participantes (83%) com níveis baixos de traços psicopáticos.

Tabela 3

Dicotomização dos níveis dos Traços Psicopáticos Autorreportados (N = 370)

Traços Psicopáticos	Total
Baixo nível	83%
Alto nível	17%

Considerando a tabela 4, os resultados da regressão linear mostram que os maus-tratos predizem a delinquência ($\beta = 0.24$, $p < .001$), apresentando um modelo de regressão estatisticamente significativo ($R^2 = .06$, $F(1,368) = 22.30$, 95% IC [0.21, 0.51], $p < .001$) e explica 5.7% da variância. Deste modo, os jovens expostos a experiências de maus-tratos apresentam 2.4% maior probabilidade de se envolver em comportamentos delinquentes.

Tabela 4

Coefficientes da regressão linear dos maus-tratos como preditor da delinquência

Variável	<i>B</i>	<i>EPB</i>	β	<i>t</i>	<i>p</i>	R^2
Maus-Tratos	0.36	.08	.24	4.72	<.001	.06

Conforme a tabela 5, os resultados da regressão linear indicam que os maus-tratos predizem os traços psicopáticos ($\beta = 0.22$, $p < .001$), reportando um modelo de regressão estatisticamente significativo, $R^2 = .05$, $F(1,368) = 18.72$, 95% IC [0.06,0.15], $p < .001$. explicando 4.6% da variância. Deste modo, jovens vitimizados apresentam 2.2% maior probabilidade de exibir níveis elevados de traços psicopáticos.

MAUS-TRATOS, TRAÇOS PSICOPÁTICOS E DELINQUÊNCIA

Tabela 5

Coefficientes da regressão linear dos maus-tratos como preditor dos traços psicopáticos

Variável	<i>B</i>	<i>EPB</i>	β	<i>t</i>	<i>p</i>	R ²
Maus-Tratos	0.11	.02	0.22	4.33	<.001	.05

Considerando a tabela 6, os resultados da regressão linear demonstram que os traços psicopáticos predizem a delinquência ($\beta = 0.40$, $p < .001$), com um modelo de regressão estatisticamente significativo, ($R^2 = .16$, $F(1,368) = 70.16$, 95% IC [0.98, 1.58], $p < .001$, explicando 15.8% da variância. Desta forma, jovens com níveis elevados de traços psicopáticos apresentam 4% maior probabilidade de se envolver em comportamentos delinquentes.

Tabela 6

Coefficientes da regressão linear dos traços psicopáticos como preditor da delinquência

Variável	<i>B</i>	<i>EPB</i>	β	<i>t</i>	<i>p</i>	R ²
Traços Psicopáticos	1.28	0.15	0.40	8.38	<.001	.16

Para investigar o papel mediador dos Traços Psicopáticos, a variável independente foi os Maus-Tratos, a variável dependente a Delinquência e a variável mediadora os Traços Psicopáticos. Conforme demonstra a figura 1, os resultados indicam que os traços psicopáticos apresentaram um efeito estatisticamente significativo na delinquência ($b = 1.16$, 95% IC [0.86, 1.46], $t = 7.55$, $p < .001$). De acordo com a hipótese, o efeito dos maus-tratos na delinquência não é direto, atuando através dos traços psicopáticos. A hipótese foi corroborada, uma vez que os resultados mostram que os traços psicopáticos medeiam parcialmente a relação entre os maus-tratos e a delinquência,

MAUS-TRATOS, TRAÇOS PSICOPÁTICOS E DELINQUÊNCIA

$F(2,367) = 41.40$, $p < .001$, $R^2 = .1841$ (18.41%), explicando 18,41% da variância. Os Maus-Tratos na infância apresentam um efeito indireto estatisticamente significativo na Delinquência através dos Traços Psicopáticos, $b = 0.12$, 95% IC [0.06, 0.20].

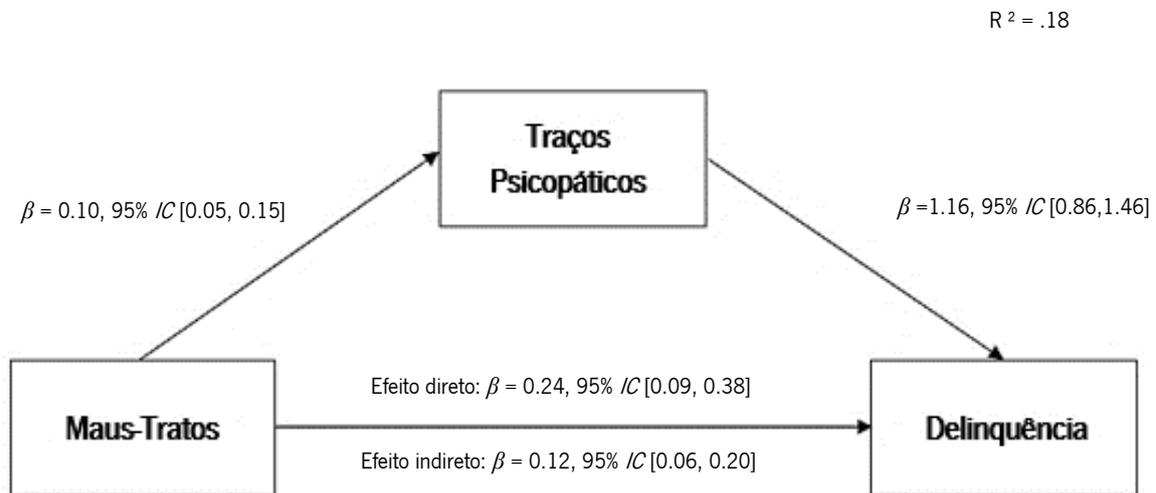


Figura 1. Modelo de Maus-Tratos como preditor da Delinquência, mediado pelos Traços Psicopáticos

Discussão

A relação entre os maus-tratos na infância e a delinquência tem sido reportada na literatura ao longo de décadas. No entanto, poucos estudos investigaram os mecanismos subjacentes a esta associação. Algumas investigações sugeriram as características pessoais/traços de personalidade como variáveis de interesse nesses mecanismos, nomeadamente, os traços psicopáticos. Recorrendo a uma metodologia transversal, como base em instrumentos de autorrelato, foi analisada uma amostra comunitária com o objetivo de estudar o papel mediador dos traços psicopáticos na relação entre maus-tratos na infância, sob a forma de abuso físico e violência interparental) e a delinquência. Os resultados confirmaram o papel mediador dos traços psicopáticos na relação entre os maus-tratos na infância e o comportamento delinvente.

Em relação à prevalência de delinquência ao longo da vida, observou-se que 21.9% dos participantes relataram que se envolveram em pelo menos um comportamento delinvente ao longo da vida. Este valor é inferior ao reportado noutros estudos (Braga & Gonçalves, 2013; Gersão & Lisboa, 1994). A menor prevalência pode dever-se ao facto de terem sido utilizados instrumentos

MAUS-TRATOS, TRAÇOS PSICOPÁTICOS E DELINQUÊNCIA

diferentes para medir a delinquência. O instrumento neste estudo apenas considera os comportamentos delinquentes enquanto outros estudos consideraram uma maior variedade de comportamentos desviantes, nomeadamente comportamentos criminosos e não criminosos. Também, o decréscimo observado nos dados oficiais de delinquência juvenil nos últimos anos pode explicar a menor prevalência observada em relação a estudos anteriores (RASI, 2018). Os participantes deste estudo envolveram-se mais em comportamentos não violentos do que em violentos, à semelhança do que se observou em estudos anteriores (Braga & Gonçalves, 2013; Gersão & Lisboa, 1994). O Modelo de Percursos Desenvolvimentais (Loeber et al., 1993) pode ser utilizado para esclarecer a prevalência deste tipo de comportamentos. Este modelo propõe que apenas uma reduzida quantidade dos indivíduos que se envolvem em comportamentos delinquentes perpetram comportamentos graves.

Quanto à prevalência dos maus-tratos na infância, os resultados mostraram que 32.4 % dos participantes relataram que sofreram pelo menos um tipo de maus-tratos. A prevalência observada neste estudo assemelha-se à verificada em Doelman et al. (2021). As percentagens podem ser interpretadas com base na aceitação cultural do uso da força física pelos pais com o objetivo de disciplinar os filhos (Enzmann et al., 2018). Infelizmente, entre muitas famílias, a punição física ainda é considerada um recurso necessário para educar (Martins et al., 2019) e, por sua vez, as crianças/adolescentes podem interpretar da mesma forma, considerando um ato normativo. Investigações futuras devem repetir estas análises com o objetivo de corroborar estes resultados e aprofundar o conhecimento acerca destas experiências na população portuguesa. Recomenda-se o estudo destas experiências em amostras com diferentes características, por exemplo, através de dados oficiais de delinquência e maus-tratos, com o objetivo de identificar semelhanças e diferenças.

Nas análises de regressão, os maus-tratos na infância avaliados neste estudo associaram-se significativamente ao comportamento delinvente, à semelhança do que se verificou noutros estudos (Artz et al., 2014; Doelman et al., 2021; Steketee et al., 2021). Esta associação está de acordo com a Teoria de Aprendizagem Social de Bandura (1978), uma vez que a criança ao crescer num ambiente agressivo, apresenta uma maior probabilidade de normalizar e perpetuar este tipo de comportamento. O Ciclo da Violência (Widom, 1989; Widom & Maxfield, 2001; Wright et al., 2019), explica que as vítimas apresentam um maior risco de se envolver futuramente em comportamentos delinquentes. Ademais, a Teoria Geral de Tensão de Agnew (2002) apoia que

MAUS-TRATOS, TRAÇOS PSICOPÁTICOS E DELINQUÊNCIA

ambientes de maus-tratos são uma forma de tensão que provoca frustração e raiva, o que, por sua vez, pode dar origem a comportamentos delinquentes (Widom & Wilson, 2015).

De acordo com o esperado, os maus-tratos na infância associaram-se significativamente aos traços psicopáticos. Este resultado é confirmado pela literatura (Farina et al., 2018; Joyner et al., 2021; Poythress et al., 2006). É possível compreender esta relação com base nos mecanismos de *coping* e desregulação emocional (Belsky & Pluess, 2013; Del Giudice et al., 2011; Schimmenti et al., 2020). De acordo com o Modelo da Calibração Adaptativa (Del Giudice et al., 2011), a presença de padrões extremos da resposta emocional, como os traços *callous-unemotional*, surgem como uma forma de enfrentamento e adaptação a ambientes stressantes (Belsky & Pluess, 2013). De facto, experiências de abuso e negligência na infância reduzem a probabilidade de a criança desenvolver a capacidade de mentalização e estratégias de autorregulação, incluindo a capacidade de refletir sobre o seu próprio estado mental e de compreender os seus próprios sentimentos (Schimmenti et al., 2020). Com o objetivo de aprofundar o conhecimento acerca desta associação, estudos futuros devem replicar este resultado e analisar em que medida os maus-tratos na infância se associam aos traços psicopáticos e aprofundar os mecanismos subjacentes.

Adicionalmente, os traços psicopáticos estabeleceram associações significativas com a delinquência, o que está em concordância com o que foi verificado noutros estudos (Asscher et al., 2011; Baglivio et al., 2020; Eisenbarth & Garofalo, 2021; Geerlings et al., 2020; Leenarts et al., 2017; Pechorro et al., 2013; Vaughn et al., 2008). Esta relação pode ser interpretada com base na Teoria de Gottfredson e Hirschi (1990) em que o crime pode ser explicado através de um dos traços centrais da psicopatia, a impulsividade. Os indivíduos com altos níveis de traços psicopáticos tendem a apresentar menos autocontrolo, são mais impulsivos e com maior probabilidade de realizar comportamentos de risco (Vaughn et al., 2008). Na mesma linha, indivíduos com altos níveis de traços psicopáticos também exibem padrões de ofensa que são típicos de criminosos crónicos, isto é, aqueles que continuam a envolver-se em atos criminosos ao longo de sua vida (Bergstrøm et al., 2016; Farrington, 2005). Considerando que as crianças/adolescentes com padrões de comportamento antissocial apresentam altas pontuações em psicopatia podem ser caracterizadas através de déficits de empatia, esse padrão pode ser explicado pela incapacidade de experienciar níveis adequados de empatia (Dadds et al. al., 2009) e a falta de preocupação com os sentimentos dos outros (Baglivio et al., 2015). Estes indivíduos estão mais propensos a acreditar que a agressão resulte em consequências positivas (por

MAUS-TRATOS, TRAÇOS PSICOPÁTICOS E DELINQUÊNCIA

exemplo, domínio dos pares e recompensas tangíveis) e dessa forma, existe uma maior probabilidade de manutenção do comportamento antissocial (Pardini et al., 2003).

Considerando os resultados das análises de mediação, a hipótese de que os traços psicopáticos medeiam parcialmente a relação entre os maus-tratos na infância e delinquência foi corroborada. Estes resultados estão de acordo com estudos anteriores (Baskin-Sommers & Baskin, 2016; Chang et al., 2021). Este estudo permitiu concluir que os traços psicopáticos ajudam a explicar o como e/ou porquê da relação entre os maus-tratos na infância e a delinquência. As experiências de maus-tratos na infância podem conduzir ao desenvolvimento de traços psicopáticos aumentando a probabilidade de se envolver em comportamentos delinquentes. Estas relações podem ser interpretadas com base nos mecanismos de *coping* mal adaptativos e deficits emocionais e cognitivos (Baskin-Sommers et al. 2014; Ireland et al., 2020; Porter, 1996; Schimmenti et al., 2014). Os deficits emocionais e de processamento de informações encontrados na psicopatia, reduzem a capacidade de avaliação dos comportamentos, pensamentos e emoções de si próprio e dos outros (Baskin-Sommers et al. 2014). O artigo de revisão sistemática de Ireland et al. (2020), defende que o vínculo é essencial para o desenvolvimento de relacionamentos sociais e foi identificado como um fator associado à relação entre psicopatia e trauma após os maus-tratos. Deste modo, é criada uma barreira para a formação de vínculos (Schimmenti et al., 2014) e a ausência de confiança pode contribuir para níveis elevados de psicopatia e outros desafios, como problemas de conduta, agressão e delinquência (Eliot & Cornell, 2009; Hoeve et. al., 2012), todas associadas à psicopatia (Kimonis et al., 2013; Kolla et al., 2013; Pechorro et al., 2013). É possível que o abuso na infância resulte em deficits cognitivos que contribuam para o comportamento criminoso. Deste modo, é importante que investigações futuras especifiquem os mecanismos potenciais subjacentes à relação entre abuso e comportamento externalizante e psicopatia (Dargis et al., 2016).

Os resultados obtidos neste estudo devem ser interpretados de acordo com algumas limitações. A amostra comunitária deste estudo foi obtida por conveniência, o que significa que pode possuir características que limitam a sua generalização. Ainda que os dados facultados pelos participantes do estudo tenham sido mantidos no anonimato, a natureza mais sensível dos conteúdos inseridos em algumas questões, como as experiências de maus-tratos, pode ter contribuído para um menor relato de experiências (Pinto & Maia, 2014) bem como de comportamentos delinquentes (Gomes et al., 2019). Por outro lado, metodologia retrospectiva pode ainda ter propiciado falsas memórias, isto é, relatar um comportamento não vivenciado ou

MAUS-TRATOS, TRAÇOS PSICOPÁTICOS E DELINQUÊNCIA

perpetrado. Apesar dos resultados indicarem que os traços psicopáticos resultantes dos maus-tratos na infância aumentam a probabilidade de envolvimento em comportamento delinvente, a metodologia transversal usada neste estudo não permite inferir causalidade entre as variáveis ou a ordem temporal em que estas surgem. O instrumento utilizado para avaliar os maus-tratos na infância apresenta algumas limitações, nomeadamente, o facto de considerar apenas dois tipos de maus-tratos através de quatro perguntas, mais concretamente, experiências de abuso físico e exposição à violência interpaparental. Deste modo, para estudos futuros seria pertinente incluir mais variedades de experiências de maus-tratos, como a negligência, uma vez que é uma das categorias de perigo de maus-tratos mais representados em Portugal (Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco, 2020). Ademais, as perguntas utilizadas poderiam ter sido mais específicas, no sentido em que o conceito é operacionalizado como a prevalência ao longo da vida e não leva em consideração a idade de início ou a cronicidade e duração da violência, o que pode ser importante para o envolvimento posterior do crime.

Este estudo mostrou que os traços psicopáticos medeiam parcialmente a relação entre os maus-tratos na infância e delinquência. Estes resultados contribuem para aumento do conhecimento sobre o fenómeno de delinquência em Portugal e sobretudo a relação entre os maus-tratos na infância e delinquência. É de notar a importância para o desenvolvimento de intervenções centradas no acompanhamento psicológico como um meio de prevenir o envolvimento em comportamento delinvente de jovens vitimizados na infância. Deste modo, para além de todo o esforço que deve ser feito para prevenir maus-tratos, a implementação de programas que monitorizem vítimas de maus-tratos na infância e que permitam identificar traços psicopáticos e estratégias de *coping* mal adaptativas precocemente podem ser benéficos, uma vez que pode resultar numa intervenção precoce e na redução de algo que mais tarde podia tornar-se num padrão persistente de comportamento antissocial e agressivo (Frick, 1998; Lynam, 2002). Por um lado, as intervenções junto de jovens delinquentes são frequentemente direccionadas para a prevenção da reincidência, com pouca atenção aos maus-tratos (Doelman et al., 2021) e, por isso, é necessário intervir nas vítimas de maus-tratos, por exemplo, intervenções destinadas a aumentar o autocontrolo, diminuindo assim o risco associado à delinquência e abuso (Bunch et al, 2018). Uma vez que os maus-tratos considerados neste estudo ocorrem no ambiente familiar, é essencial para que a intervenção seja eficaz, que esteja centrada na família, nomeadamente, nos pais ou cuidadores. Por outro lado, a intervenção com o objetivo de prevenir a delinquência deve incluir o grupo de jovens que precocemente demonstram comportamentos delinquentes e

MAUS-TRATOS, TRAÇOS PSICOPÁTICOS E DELINQUÊNCIA

antissociais. Além disto, compreender os mecanismos subjacentes na relação entre os maus-tratos e a delinquência, auxilia no desenvolvimento de intervenções destinadas a prevenir a delinquência em jovens e a transmissão intergeracional da violência nas famílias. Por último, é importante reforçar que os jovens que apresentam altos níveis de traços psicopáticos não foram necessariamente vitimizados e/ou apresentam comportamentos delinquentes.

É fundamental que investigações futuras sustentem as evidências encontradas neste estudo, nomeadamente, devem ser consideradas investigações com recurso a metodologia longitudinal e através de dados oficiais de maus-tratos e delinquência. Abordar o estudo desta relação em interação com o género, por exemplo, seria pertinente e também, realizar um estudo de comparação entre amostra comunitária e amostra forense.

Referências

- Abajobir, A. A., Kisely, S., Williams, G., Strathearn, L., Clavarino, A., & Najman, J. M. (2017). Gender differences in delinquency at 21 years following childhood maltreatment: A birth cohort study. *Personality and Individual Differences, 106*, 95-103. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2016.10.020>
- Agnew, R. (2002). Experienced, vicarious, and anticipated strain: An exploratory study on physical victimization and delinquency. *Justice Quarterly, 19*(4), 603-632. <https://doi:10.1080/07418820200095371>
- Artz, S., Jackson, M. A., Rossiter, K. R., Nijdam-Jones, A., Géczy, I., & Porteous, S. (2014). A comprehensive review of the literature on the impact of exposure to intimate partner violence on children and youth. *International Journal of Child, Youth and Family Studies, 5*(4), 493. <https://doi.org/10.18357/ijcyfs54201413274>
- Asscher, J. J., Van Vugt, E. S., Stams, G. J. J. M., Deković, M., Eichelsheim, V. I., & Yousfi, S. (2011). The relationship between juvenile psychopathic traits, delinquency and (violent) recidivism: A meta-analysis. *Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines, 52*(11), 1134–1143. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2011.02412.x>
- Baglivio, M. T., Wolff, K. T., Piquero, A. R., & Epps, N. (2015). The relationship between adverse childhood experiences (ACE) and juvenile offending trajectories in a juvenile offender sample. *Journal of Criminal Justice, 43*(3), 229–241. <https://doi.org/10.1016/j.icrimjus.2015.04.012>
- Baglivio, M. T., Wolff, K. T., DeLisi, M., & Jackowski, K. (2020). The role of adverse childhood experiences (ACEs) and psychopathic features on juvenile offending criminal careers to age 18. *Youth Violence and Juvenile Justice, 18*(4), 337–364. <https://doi.org/10.1177/1541204020927075>
- Bandura, A. (1978). Social learning theory of aggression. *Journal of Communication, 28*(3), 12–29. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1460-2466.1978.tb01621.x>
- Baskin, D., & Sommers, I. (2014). Exposure to community violence and trajectories of violent offending. *Youth Violence and Juvenile Justice, 12*(4), 367–385. <https://doi.org/10.1177/1541204013506920>

- Baskin-Sommers, A. R., & Baskin, D. (2016). Psychopathic traits mediate the relationship between exposure to violence and violent juvenile offending. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, *38*(3), 341–349. <https://doi.org/10.1007/s10862-016-9535-0>
- Basto-Pereira, M., Miranda, A., Ribeiro, S., & Maia, Â. (2016). Growing up with adversity: From juvenile justice involvement to criminal persistence and psychosocial problems in young adulthood. *Child Abuse & Neglect*, *62*, 63-75. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2016.10011>
- Basto-Pereira, M., & Da Costa Maia, A. (2019). Early adversity and adult delinquency: The mediational role of mental health in youth offenders. *Ciência e Saúde Coletiva*, *24*(8), 2805–2810. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018248.27142017>
- Belsky, J., & Pluess, M. (2013). Beyond risk, resilience, and dysregulation: phenotypic plasticity and human development. *Development and psychopathology*, *25*(4), 1243–1261. <https://doi.org/10.1017/S095457941300059X>
- Bergström, H., Forth, A. E., & Farrington, D. P. (2016). The psychopath: Continuity or change? Stability of psychopathic traits and predictors of stability. In A. Kapardis & D. P. Farrington (Eds.), *The Psychology of Crime, Policing and Courts*. 94–115.
- Braga, T. & Gonçalves, R. A. (2013). Delinquência Juvenil: da caracterização à intervenção. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, *4*(1), 95-116. Retrieved from http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/963/1/rpca_v4_n1_5.pdf
- Braga, T., Cunha, O., & Maia, Â. (2018). The enduring effect of maltreatment on antisocial behavior: A meta-analysis of longitudinal studies. *Aggression and Violent Behavior*, *40*, 91–100. <http://doi.org/10.1016/j.avb.2018.04.003>
- Braga, T., Gonçalves, L. C., Basto-Pereira, M., & Maia, Â. (2017). Unraveling the link between maltreatment and juvenile antisocial behavior: A meta-analysis of prospective longitudinal studies. *Aggression and Violent Behavior*, *33*, 37–50. <http://doi.org/10.1016/j.avb.2017.01.006>
- Boduszek, D., Debowska, A., Willmott, D., Jones, A. D., DeLisi, M., & Kirkman, G. (2019). Is female psychopathy linked with child abuse? An empirical investigation using a person-centered

- approach. *Journal of child sexual abuse*, 28(6), 708-725.
<https://doi.org/10.1080/10538712.2019.1592272>
- Bonner, T., DeLisi, M., Jones-Johnson, G., Caudill, J. W., & Trulson, C. (2020). Chaotic homes, adverse childhood experiences, and serious delinquency: Differential effects by race and ethnicity. *Justice Quarterly*, 37(4), 697-714.
<https://doi.org/10.1080/07418825.2019.1688852>
- Bunch, J. M., Iratzoqui, A., & Watts, S. J. (2018). Child abuse, self-control, and delinquency: A general strain perspective. *Journal of Criminal Justice*, 56, 20-28.
<https://doi.org/10.1016/j.icrimjus.2017.09.009>
- Carvalho, F., Maciel, L., & Basto-Pereira, M. (2020). Two sides of child maltreatment: From psychopathic traits to altruistic attitudes inhibition. *Journal of Child and Adolescent Trauma*, 13(2), 199-206. <https://doi.org/10.1007/s40653-019-00280-2>
- Cénat, J. M., Hébert, M., Blais, M., Guerrier, M., & Lavoie, F. (2015). Delinquent behavior among students exposed to family violence in Québec schools. *Adolescência & Saude*, 12(3), 43-52. <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5247262>
- Chang, S., Hou, Q., Wang, C., Wang, M., Wang, L., & Zhang, W. (2021). Childhood maltreatment and violent delinquency in Chinese juvenile offenders: Callous-unemotional traits as a mediator. *Child Abuse & Neglect*, 117, 105085.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105085>
- Cleckley, H. M. (1951). The mask of sanity. *Postgraduate Medicine*, 9(3), 193-197.
<https://doi.org/10.1080/00325481.1951.11694097>
- Coid, J., & Yang, M. (2011). The impact of psychopathy on violence among the household population of Great Britain. *Social psychiatry and psychiatric epidemiology*, 46(6), 473-480. <https://doi.org/10.1007/s00127-010-0212-4>.
- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco. (2020). *Avaliação da atividade das CPCJ*. <https://www.cnpdpj.gov.pt/relatorio-atividades>
- Cowell, R., Cicchetti, D., Rogosch, F., & Toth, S. (2015). Childhood maltreatment and its effect on neurocognitive functioning: Timing and chronicity matter. *Development and Psychopathology*, 27(2), 521-533. <https://doi.org/10.1017/S0954579415000139>

MAUS-TRATOS, TRAÇOS PSICOPÁTICOS E DELINQUÊNCIA

- Curcio, A. L., Mak, A. S., & George, A. M. (2017). Predictors of delinquency among adolescents and young adults: A new psychosocial control perspective. *Australian and New Zealand Journal of Criminology, 50*(2), 155–175. <https://doi.org/10.1177/0004865816628594>
- da Silva, D. R., da Motta, C. D. A., Rijo, D., Pechorro, P., & Gonçalves, R. A. Inventário de Traços Psicopáticos em Jovens (YPI).
- Dadds, R. M., Howes, J. D., Frost, D. J. A., Vassallo, S., Bunn, P., Hunter, K., & Merz, S. (2009). Learning to “talk the talk”: The relationship of psychopathic traits to deficits in empathy across childhood. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 50*(5), 599–606. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2008.02058.x>
- Dargis, M., Newman, J., & Koenigs, M. (2016). Clarifying the link between childhood abuse history and psychopathic traits in adult criminal offenders. *Personality Disorders: Theory, Research, and Treatment, 7*(3), 221–228. <https://doi.org/10.1037/per0000147>
- Dargis, M., & Koenigs, M. (2017). Witnessing domestic violence during childhood is associated with psychopathic traits in adult male criminal offenders. *Law and Human Behavior, 41*(2), 173–179. <https://doi.org/10.1037/lhb0000226>
- Davoglio, T. R., Gauer, G. J. C., Jaeger, J. V. H., & Tolotti, M. D. (2012). Personalidade e psicopatia: Implicações diagnósticas na infância e adolescência. *Estudos de Psicologia, 17*(3), 453–460. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300014>
- Del Giudice, M., Ellis, B. J., & Shirliff, E. A. (2011). The adaptive calibration model of stress responsivity. *Neuroscience and Biobehavioral Reviews, 35*(7), 1562–1592. <https://doi.org/10.1016/j.neubiorev.2010.11.007>
- Doelman, E. H. J., Luijk, M. P. C. M., Haen Marshall, I., Jongerling, J., Enzmann, D., & Steketee, M. J. (2021). The association between child maltreatment and juvenile delinquency in the context of Situational Action Theory: Crime propensity and criminogenic exposure as mediators in a sample of European youth?. *European Journal of Criminology*. <https://doi.org/10.1177/14773708211013300>
- Edens, J. F., Skeem, J. L., Cruise, K. R., & Cauffman, E. (2001). Assessment of “juvenile psychopathy” and its association with violence: A critical review. *Behavioral Sciences and the Law, 19*(1), 53–80. <https://doi.org/10.1002/bsl.425>

MAUS-TRATOS, TRAÇOS PSICOPÁTICOS E DELINQUÊNCIA

- Eisenbarth, H., & Garofalo, C. (2021). The role of psychopathic traits in explaining associations between childhood traumatic experiences and aggression. *Journal of Personality Disorders, 35*, 38–55. https://doi.org/10.1521/pedi_2021_35_507
- Enzmann, D., Kivivuori, J., Marshall, I. H., Steketee, M., Hough, M., & Killias, M. (2018). *A global perspective on young people as offenders and victims: First results from the ISRD3 Study*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-319-63233-9>
- Farina, A. S. J., Holzer, K. J., DeLisi, M., & Vaughn, M. G. (2018). Childhood trauma and psychopathic features among juvenile offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 62*(14), 4359–4380. <https://doi.org/10.1177/0306624X18766491>
- Farrington, D. P. (2004). Conduct disorder, aggression, and delinquency. In R. M. Lerner & L. Steinberg (Eds.), *Handbook of Adolescent Psychology*. 627-664. John Wiley & Sons, Inc
- Farrington, D. P. (2005). The importance of child and adolescent psychopathy. *Journal of abnormal child psychology, 33*(4), 489-497. <https://doi.org/10.1007/s10802-005-5729-8>
- Farrington, D. P., Gaffney, H., & Ttofi, M. M. (2017). Systematic reviews of explanatory risk factors for violence, offending, and delinquency. *Aggression and Violent Behavior, 33*, 24–36. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2016.11.004>
- Fitton, L., Yu, R., & Fazel, S. (2018). Childhood maltreatment and violent Outcomes: A systematic review and meta-Analysis of prospective studies. *Trauma, Violence, and Abuse, 21*(4), 754–768. <https://doi.org/10.1177/1524838018795269>
- Fong, V. C., Hawes, D., & Allen, J. L. (2019). A systematic review of risk and protective factors for externalizing problems in children exposed to intimate partner violence. *Trauma, Violence, and Abuse, 20*(2), 149–167. <https://doi.org/10.1177/1524838017692383>
- Franzese, R. J., Menard, S., Weiss, A. J., & Covey, H. C. (2017). Adolescent exposure to violence and adult violent victimization and offending. *Criminal Justice Review, 42*(1), 42–57. <https://doi.org/10.1177/0734016816679228>
- Frick, P. J. (1998). *Conduct disorders and severe antisocial behavior*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-1-4615-5343-4>

- Frick, P. J. (2009). Extending the construct of psychopathy to youth: Implications for understanding, diagnosing, and treating antisocial children and adolescents. *The Canadian Journal of Psychiatry*, 54(12), 803–812. <https://doi.org/10.1177/070674370905401203>.
- Geerlings, Y., Asscher, J. J., Stams, G. J. J. M., & Assink, M. (2020). The association between psychopathy and delinquency in juveniles: A three-level meta-analysis. *Aggression and Violent Behavior*, 50, 101342. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2019.101342>
- Gersão, E. & Lisboa, M. (1994) The self-report delinquency study in Portugal. In J. Junger-Tas, G. J. Terlouw, & M. W. Klein (Eds.), *Delinquent behavior among young people in the western world: first results of the international self-report delinquency study*. 212-237. FALTA EDITORA
- Gomes, H. S. (2018). *A desviância juvenil em família: O autocontrolo como mediador da relação entre o funcionamento familiar e o comportamento desviante dos adolescentes*. Novas Edições Acadêmicas. ISBN 978-620-2-18221-8
- Gomes, H. S. (2021). *Measuring offending: Field experiments and improving the accuracy of self-reports of delinquent behavior* (Doctoral dissertation). School of Psychology, University of Minho.
- Gomes, H. S., Andrade, J., Ferreira, M., Peixoto, M. M., Farrington, D. P., & Maia, A. (2021). Measuring Self-Serving Cognitive Distortions with Special Reference to Juvenile Delinquency: A Validation of the “How I Think” Questionnaire in a Sample of Portuguese Adolescents. *International journal of offender therapy and comparative criminology*, <https://doi.org/10.1177/0306624X211013544>
- Gomes, H. S., Farrington, D. P., Maia, Â., & Krohn, M. D. (2019). Measurement bias in self-reports of offending: a systematic review of experiments. *Journal of experimental criminology*, 15(3), 313-339. <https://doi.org/10.1007/s11292-019-09379-w>
- Gomes, H., & Gouveia-Pereira, M. (2014). Funcionamento familiar e delinquência juvenil: A mediação do autocontrolo. *Análise Psicológica*, 32(4), 439–451. <https://doi.org/10.14417/ap.958>

MAUS-TRATOS, TRAÇOS PSICOPÁTICOS E DELINQUÊNCIA

- Gomes, H. S., & Gouveia-Pereira, M. (2020). Testing the General Theory of Crime with the Circumplex Model: Curvilinear relations between family functioning and self-control. *Deviant behavior, 41*(6), 779-791. <https://doi.org/10.1080/01639625.2019.1596449>
- Gomes, H. S., Maia, Â., & Farrington, D. P. (2018). Measuring offending: self-reports, official records, systematic observation and experimentation. *Crime psychology review, 4*(1), 26-44. <https://doi.org/10.1080/23744006.2018.1475455>
- Gomis-Pomares, A., & Villanueva, L. (2020). The effect of adverse childhood experiences on deviant and altruistic behavior during emerging adulthood. *Psicothema, 1*(32), 33-39. <https://doi.org/10.7334/psicothema2019.142>
- Gottfredson, M. R., & Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime*. Stanford University Press.
- Hare, R. D. (1996). Psychopathy: A clinical construct whose time has come. *Criminal Justice and Behavior, 23*, 25-54. <https://doi.org/10.1177/0093854896023001004>
- Hayes, A. F. (2018). Partial, conditional, and moderated moderated mediation: Quantification, inference, and interpretation. *Communication monographs, 85*(1), 4-40. <https://doi.org/10.1080/03637751.2017.1352100>
- Hoeve, M., Stams, G. J. J. M., Van Der Put, C. E., Dubas, J. S., Van Der Laan, P. H., & Gerris, J. R. M. (2012). A meta-analysis of attachment to parents and delinquency. *Journal of Abnormal Child Psychology, 40*(5), 771-785. <https://doi.org/10.1007/s10802-011-9608-1>
- Holmes, M. R. (2013). Aggressive behavior of children exposed to intimate partner violence: An examination of maternal mental health, maternal warmth and child maltreatment. *Child Abuse & Neglect, 37*(8), 520-530. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2012.12.006>
- Holt, S., Buckley, H., & Whelan, S. (2008). The impact of exposure to domestic violence on children and young people: A review of the literature. *Child abuse & neglect, 32*(8), 797-810. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2008.02.004>
- Howard, A. L., Kimonis, E. R., Muñoz, L. C., & Frick, P. J. (2012). Violence exposure mediates the relation between callous-unemotional traits and offending patterns in adolescents. *Journal of abnormal child psychology, 40*(8), 1237-1247. <https://doi.org/10.1007/s10802-012-9647-2>

- Ireland, J. L., Mann, S., Lewis, M., Ozanne, R., McNeill, K., & Ireland, C. A. (2020). Psychopathy and trauma: Exploring a potential association. *International Journal of Law and Psychiatry*, *69*. <https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2020.101543>
- Joyner, B., & Beaver, K. M. (2021). Examining the potential link between child maltreatment and callous-unemotional traits in children and adolescents: A multilevel analysis. *Child Abuse & Neglect*, *122*, 105327. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105327>
- Kimonis, E. R., Fanti, K. A., Isoma, Z., & Donoghue, K. (2013). Maltreatment profiles among incarcerated boys with callous-unemotional traits. *Child Maltreatment*, *18*(2), 108–121. <https://doi.org/10.1177/1077559513483002>
- Kitzmann, K. M., Gaylord, N. K., Holt, A. R., & Kenny, E. D. (2003). Child witnesses to domestic violence: A meta-analytic review. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, *71*(2), 339–352. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.71.2.339>
- Kolla, N. J., Malcolm, C., Attard, S., Arenovich, T., Blackwood, N., & Hodgins, S. (2013). Childhood maltreatment and aggressive behaviour in violent offenders with psychopathy. *The Canadian Journal of Psychiatry*, *58*(9), 487–494. <https://doi.org/10.1177/070674371305800901>
- Leenarts, L. E. W., Dölitzsch, C., Pérez, T., Schmeck, K., Fegert, J. M., & Schmid, M. (2017). The relationships between gender, psychopathic traits and self-reported delinquency: A comparison between a general population sample and a high-risk sample for juvenile delinquency. *Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health*, *11*(1), 1–9. <https://doi.org/10.1186/s13034-017-0202-3>
- Loeber, R., Wung, P., Keenan, K., Giroux, B., Stouthamer-loeber, M., Van Kammen, W. B., & Maugham, B. (1993). Developmental pathways in disruptive child behavior. *Development and Psychopathology*, *5*(1-2), 103–133. <https://doi:10.1017/S0954579400004296>
- Lynam, D. R. (2002). Fledgling psychopathy: A view from personality theory. *Law and Human Behavior*, *26*(2), 255–259. <https://doi.org/10.1023/A:1014652328596>
- Lynam, D. R., Loeber, R., & Stouthamer-Loeber, M. (2008). The stability of psychopathy from adolescence into adulthood: The search for moderators. *Criminal Justice and Behavior*, *35*(2), 228–243. <https://doi.org/10.1177/0093854807310153>

- Malvaso, C. G., & Delfabbro, P. (2015). Offending behaviour among young people with complex needs in the Australian out-of-home care system. *Journal of Child and Family Studies*, 24(12), 3561–3569. <https://doi.org/10.1007/s10826-015-0157-z>
- Manzoni, P., & Schwarzenegger, C. (2019). The Influence of earlier parental violence on juvenile delinquency: The role of social bonds, self-control, delinquent peer association and moral values as mediators. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 25(3), 225–239. <https://doi.org/10.1007/s10610-018-9392-3>
- Martins, P. C. M., Camões, S. M. V. M., Fernández-Pacheco, G. A., de Carvalho, M. J. F. L., & do Carmo Peralta, M. (2016). Delinquência em Portugal -números, explicações e desafios à intervenção. In *Congresso Internacional de Psicologia da Criança e do Adolescente* (No. 7, pp. 95-96). <http://actas.lis.ulsiada.pt/index.php/cipca/article/download/410/400>
- Martins, P. C., Mendes, S. M., Fernández-Pacheco, G., & Tendais, I. (2019). Juvenile victimization in Portugal through the lens of ISRD-3: Lifetime prevalence, predictors, and implications. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 25(3), 317–343. <https://doi.org/10.1007/s10610-018-9401-6>
- Martins, J. S. T. O., Dinis, M. A. P., Caridade, S. M. M., Sousa, H. F. P. E., & De Moura, A. D. P. R. (2021). Adverse childhood experiences and delinquent behaviour: Predictors and mediating variables. *Revista de Psiquiatria Clinica*, 48(2), 75–82. <https://doi.org/10.15761/0101-60830000000284>
- Miley, L. N., Fox, B., Muniz, C. N., Perkins, R., & DeLisi, M. (2020). Does childhood victimization predict specific adolescent offending? An analysis of generality versus specificity in the victim-offender overlap. *Child Abuse & Neglect*, 101, 104328. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.104328>
- Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 100(4), 674–701. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.100.4.674>
- Moylan, C. A., Herrenkohl, T. I., Sousa, C., Tajima, E. A., Herrenkohl, R. C., & Russo, M. J. (2009). The effects of child abuse and exposure to domestic violence on adolescent internalizing and externalizing behavior problems. *Journal of Family Violence*, 25(1), 53–63. <https://doi.org/10.1007/s10896-009-9269-9>

- Mueller, I., & Tronick, E. (2020). The long shadow of violence: The impact of exposure to intimate partner violence in infancy and early childhood. *International Journal of Applied Psychoanalytic Studies*, 17(3), 232–245. <https://doi.org/10.1002/aps.1668>
- Muniz, C. N., Fox, B., Miley, L. N., Delisi, M., Cigarran, G. P., & Birnbaum, A. (2019). The effects of adverse childhood experiences on internalizing versus externalizing outcomes. *Criminal Justice and Behavior*, 46(4), 568–589. <https://doi.org/10.1177/0093854819826213>
- Nilsson, K. W., Comasco, E., Hodgins, S., Orelund, L., & Aslund, C. (2015). Genotypes do not confer risk for delinquency ut rather alter susceptibility to positive and negative environmental factors: Gene-environment interactions of BDNF Val66Met, 5-HTTLPR, and MAOA-uVNTR. *International Journal of Neuropsychopharmacology*, 18(5), 1–10. <https://doi.org/10.1093/ijnp/pyu107>
- Pardini, D. A., Lochman, J. E., & Frick, P. J. (2003). Callous/unemotional traits and social-cognitive processes in adjudicated youths. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 42(3), 364-371. <https://doi.org/10.1097/00004583-200303000-00018>
- Pechorro, P. (2013). Traços psicopáticos em delinquentes juvenis: Investigações sobre início na atividade criminal, etnicidade e género [Tese de Doutoramento em Psicologia, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve]. <https://core.ac.uk/download/pdf/61522694.pdf>
- Pechorro, P., Andershed, H., Ray, J., Maroco, J., & Gonçalves, R. (2015). Validation of the youth psychopathic traits inventory and youth psychopathic traits inventory–short version among incarcerated juvenile delinquents. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 37(4), 576-586. <https://doi.org/10.1007/s10862-015-9490-1>.
- Pinto, R., Correia, L., & Maia, Â. (2014). Assessing the reliability of retrospective reports of adverse childhood experiences among adolescents with documented childhood maltreatment. *Journal of Family Violence*, 29(4), 431–438. <https://doi.org/10.1007/s10896-014-9602-9>
- Poythress, N. G., Skeem, J. L., & Lilienfeld, S. O. (2006). Associations among early abuse, dissociation, and psychopathy in an offender sample. *Journal of Abnormal Psychology*, 115(2), 288–297. <https://doi.org/10.1037/0021-843X.115.2.288>

MAUS-TRATOS, TRAÇOS PSICOPÁTICOS E DELINQUÊNCIA

- RASI. (2018). Relatório Anual de Segurança Interna. Relatório Anual de Segurança Interna – Ano, 254. Retrieved from <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=ad5cfe37-0d52-412e-83fb-7f098448dba7>
- Ray, J. V. (2018). Developmental patterns of psychopathic personality traits and the influence of social factors among a sample of serious juvenile offenders. *Journal of Criminal Justice*, 58, 67–77. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2018.07.004>
- Schimmenti, A., Passanisi, A., Pace, U., Manzella, S., Di Carlo, G., & Caretti, V. (2014). The relationship between attachment and psychopathy: A study with a sample of violent offenders. *Current Psychology: A Journal for Diverse Perspectives on Diverse Psychological Issues*, 33(3), 256–270. <https://doi.org/10.1007/s12144-014-9211-z>
- Schimmenti, A., Di Carlo, G., Passanisi, A., & Caretti, V. (2015). Abuse in childhood and psychopathic traits in a sample of violent offenders. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*, 7(4), 340–347. <https://doi.org/10.1037/tra0000023>
- Schimmenti, A., Carabellese, F. F., & Caretti, V. (2021). Child maltreatment and psychopathy. In A. R. Felthous & H. Saß (Eds.), *The Wiley international handbook on psychopathic disorders and the law: Diagnosis and treatment*. 403–419. <https://doi.org/10.1002/9781119159322.ch18>
- Sevecke, K., Franke, S., Kosson, D., & Krischer, M. (2016). Emotional dysregulation and trauma predicting psychopathy dimensions in female and male juvenile offenders. *Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health*, 10(1). <https://doi.org/10.1186/s13034-016-0130-7>
- Siegmunt, O., & Lukash, A. (2019). Classroom heterogeneity, immigration background, and juvenile delinquency in Switzerland: An exploratory study. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 35(4), 484–505. <https://doi.org/10.1177/1043986219883447>
- Soeiro, C., & Gonçalves, R. A. (2010). O estado de arte do conceito de psicopatia. *Análise Psicológica*, 28(1), 227-240. <https://doi.org/10.14417/ap.271>
- Steketee, M., Aussems, C., & Marshall, I. H. (2021). Exploring the Impact of Child Maltreatment and Interparental Violence on Violent Delinquency in an International Sample. *Journal of*

- Interpersonal Violence*, 36(13–14), NP7319–NP7349.
<https://doi.org/10.1177/0886260518823291>
- Vaughn, M. G., Howard, M. O., & DeLisi, M. (2008). Psychopathic personality traits and delinquent careers: An empirical examination. *International Journal of Law and Psychiatry*, 31(5), 407–416. <https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2008.08.001>
- Van Baardewijk, Y., Andershed, H., Stegge, H., Nilsson, K., Scholte, E., & Vermeiren, R. (2010). Development and tests of short versions of the youth psychopathic traits inventory and the youth psychopathic traits inventory-child version. *European Journal of Psychological Assessment*, 26(2), 122–128. <https://doi.org/10.1027/1015-5759/a00001>
- Wall, A. E., & Barth, R. P. (2005). Aggressive and delinquent behavior of maltreated adolescents: Risk factors and gender differences. *Stress, Trauma and Crisis*, 8(1), 1–24. <https://doi.org/10.1080/1543461049088808>
- Weiler, B. L., & Widom, C. S. (1996). Psychopathy and violent behaviour in abused and neglected young adults. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 6(3), 253–271. <https://doi.org/10.1002/cbm.99>
- Widom, C. S. (1989). The Cycle of Violence. *Science*, 224(2), 160–165. <http://jpr.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/0022343397034004001>
- Widom, C. S., & Maxfield, M. (2001). An update on the “Cycle of Violence”. *National Institute of Justice*. 1–8. <https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/184894.pdf>
- Widom C.S., Wilson H.W. (2015) Intergenerational transmission of violence. In: Lindert J., Levav I. (eds). *Violence and Mental Health*. 27-45. https://doi.org/10.1007/978-94-017-8999-8_2
- World Health Organization. (2020). *Child Maltreatment*. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/child-maltreatment>
- Wright, K. A., Turanovic, J. J., O’Neal, E. N., Morse, S. J., & Booth, E. T. (2019). The cycle of violence revisited: Childhood victimization, resilience, and future violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 34(6), 1261–1286. <https://doi.org/10.1177/0886260516651090>

MAUS-TRATOS, TRAÇOS PSICOPÁTICOS E DELINQUÊNCIA

Yun, I., Ball, J. D., & Lim, H. (2011). Disentangling the relationship between child maltreatment and violent delinquency: Using a nationally representative sample. *Journal of Interpersonal Violence, 26*(1), 88–110. <https://doi.org/10.1177/0886260510362886>

Anexo

Parecer do Conselho de Ética da Universidade do Minho



Universidade do Minho

SECSH

Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas

Identificação do documento: SECSH 052/2017

Título do projeto: *Self-report bias in measuring delinquent behaviour: Modes of administration, questionnaire design, and testing effects in longitudinal studies*

Investigador(a) Responsável: Angela Maia, Unidade de Investigação de Justiça e Violência do Centro de Investigação em Psicologia (CIPSI), Escola de Psicologia, Universidade do Minho (Orientadora)

Outros Investigadores: Hugo S. Gomes, Estudante de doutoramento em Psicologia Aplicada, Universidade do Minho; David P. Farrington (Instituto de Criminologia, Universidade de Cambridge)

PARECER

A Subcomissão de Ética para as Ciências Sociais e Humanas (SECSH) analisou o processo relativo ao projeto intitulado *Self-report bias in measuring delinquent behaviour: Modes of administration, questionnaire design, and testing effects in longitudinal studies*.

Os documentos apresentados revelam que o projeto obedece aos requisitos exigidos para as boas práticas na investigação com humanos, em conformidade com as normas nacionais e internacionais que regulam a investigação em Ciências Sociais e Humanas.

Face ao exposto, a SECSH nada tem a opor à realização do projeto na UMinho.

Braga, 04 de dezembro de 2017.

O Presidente

Digitally signed by
PAULO MANUEL
PINTO PEREIRA
ALMEIDA MACHADO
- Date: 2017.12.05
16:22:00 Z

Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado